

## PARECER PRÉVIO Nº 230/2023

**PROCESSO Nº:** 07618/2021-0

**ESPÉCIE PROCESSUAL:** Prestação de Contas de Governo

**ENTE FEDERATIVO:** General Sampaio

**EXERCÍCIO FINANCEIRO:** 2020

**RESPONSÁVEL:** Francisco Cordeiro Moreira

**RELATORA:** Conselheira Patrícia Saboya

**SESSÃO:** Pleno Virtual de 24 a 28 de julho de 2023

### **EMENTA:** PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO.

1. Configura-se inexequível o duodécimo fixado na Lei Orçamentária acima do limite máximo previsto no art. 29-A, inciso I, da Constituição Federal de 1988. Precedentes.

2. Para fins de caracterização de descumprimento previsto no art. 21, inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, faz-se necessária a indicação do ato nulo do qual resultou o aumento ilegal de despesas com pessoal no segundo semestre. Precedentes.

Parecer Prévio favorável à aprovação das contas, com ressalva. Recomendações.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Prestação de Contas de Governo do Município de General Sampaio-CE**, relativa ao exercício financeiro de **2020**, de responsabilidade do Sr. **Francisco Cordeiro Moreira**, e com fundamento no art. 71, inciso I, da Constituição Federal, art. 78, inciso I, da Constituição Estadual e art. 1º, inciso III, combinado com art. 42-A da Lei nº 12.509/1995 (LOTCE);

**RESOLVE O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ**, por **unanimidade** de votos, emitir parecer prévio pela sua **APROVAÇÃO**, considerando-a **Regular com ressalva**, submetendo-a ao julgamento da Câmara Municipal e dando-se ciência aos interessados.

**RECOMENDAR** à Prefeitura Municipal de General Sampaio-CE para que:

1. Registre fiel e integralmente no Sistema de Informações Municipais – SIM os decretos de abertura de créditos adicionais, com vistas a evitar inconsistências entre os dados constantes da prestação de contas e as informações registradas naquele sistema;
2. Observe o prazo estabelecido no art. 29-A, §2º, inciso II, da Constituição Federal de 1988, no sentido de repassar o duodécimo à Câmara Municipal até o dia 20 (vinte) de cada mês;
3. Implemente medidas de acompanhamento dos gastos com pessoal, a fim de evitar o descumprimento dos limites definidos na Lei de Responsabilidade Fiscal;
4. Empreenda meios de controle suficientes para evitar divergências entre os valores demonstrados nos relatórios de gestão fiscal e os dados registrados no Sistema de Informações Municipais – SIM;

5. Promova a cobrança extrajudicial e judicial dos créditos inscritos na dívida ativa, utilizando-se de todos os meios disponíveis para a recuperação dos valores devidos ao erário municipal;
6. Evite o descumprimento do art. 21, inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal, que veda o aumento da despesa com pessoal nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores ao final do mandato do titular do Poder Executivo;
7. Empreenda meios de controle suficientes para evitar divergências entre os valores demonstrados nos relatórios de gestão fiscal e os dados evidenciados nos demonstrativos contábeis;

Tudo nos termos do Relatório e Voto, partes integrantes da presente decisão.

Participaram da votação: Exmos. Srs. Soraia Thomaz Dias Victor, Edilberto Carlos Pontes Lima, Rholden Botelho de Queiroz e Patrícia Lúcia Mendes Saboya.

Transcreva-se, cumpra-se e publique-se.

Fortaleza, Sessão do Pleno Virtual do Tribunal de Contas do Estado do Ceará, em 28 de julho de 2023.

Conselheira Patrícia Saboya  
**RELATORA**

Conselheiro José Valdomiro Távora de Castro Júnior  
**PRESIDENTE DA SESSÃO**

Fui presente: Leilyanne Brandão Feitosa  
**PROCURADORA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS**